

Saiba mais
através de
exemplos
concretos!



Uma visão do Direito à Cidade para a COP 30

Potencializar a participação da comunidade para planos de mitigação e implementação das NDCs*

- ★ Planos locais climáticos coproduzidos;
- ★ Resgate e proteção do **conhecimento e das práticas tradicionais e indígenas**;
- ★ Garantia de que as discussões sobre o clima e suas **informações técnicas** sejam mais acessíveis à população.

Construir os componentes territoriais da Meta Global de Adaptação

- ★ Planos de adaptação locais coproduzidos, centrados nas comunidades, o que inclui serviços relacionados aos cuidados;
- ★ Mapeamento e aproveitamento das iniciativas de **adaptação urbana comunitárias**;
- ★ Mobilização de **dados sobre riscos e sistemas de alerta precoce** produzidos e liderados pelas próprias comunidades;
- ★ Estruturas e salvaguardas para as comunidades contra **deslocamentos relacionados ao clima**, bem como garantias para planos de realocação.

* Contribuições Nacionalmente Determinadas

Descentralizar e alavancar o financiamento climático local rumo a um caminho transformador de resiliência

- ★ **Localização dos fundos para perdas e danos e adaptação** por meio de financiamento local para iniciativas lideradas pela comunidade;
- ★ **Fiscalização comunitária** dos mecanismos multilaterais de financiamento climático.

Rumo a uma transição justa: proteger a função social e ambiental dos serviços básicos e ecossistemas

- ★ **Desprivatização dos serviços básicos**, incluindo habitação, energia, água e mobilidade por meio de estratégias de remunicipalização e parcerias público-comunitárias;
- ★ Apoio à **economia social e solidária**, incluindo cooperativas de coleta de resíduos, alimentos e habitação;
- ★ **Uso de materiais locais para a construção** de moradias e recuperação de prédios vazios no centro das cidades como estratégias de mitigação climática e resposta a crises.

Rumo a
um mutirão
global:

Não há
Justiça
Climática
sem o

Direito
à
Cidade!



contact@right2city.org
www.right2city.org

InstitutoPólis

MISEREOR
• IHR HILFSWERK



Global Platform
for the Right to
the City



Como uma rede de diversas organizações comprometidas com o avanço da justiça social por meio do Direito à Cidade, nos unimos ao mutirão global proposto pela presidência da COP 30 para abordar e reverter os impactos das mudanças climáticas.

Mutirão é um termo e uma prática familiar para os movimentos engajados com a justiça habitacional, pois, entre outros significados, é usado para designar as estratégias nas quais as comunidades se auto-organizam para produzir moradia coletivamente. Para nós, o mutirão ecoa uma visão poderosa que se centra na ação das comunidades, no poder da ação coletiva e nas conexões com os territórios nos quais a ação climática deve se basear e ser construída.

Seguindo esse espírito, chegamos a Belém como um coletivo com uma posição clara: centrar a ação climática através das lentes da Justiça Climática e do Direito à Cidade.

Uma visão territorial e de justiça social da crise climática

Há um consenso crescente sobre o papel desempenhado pelas cidades e pelas questões relacionadas ao meio urbano na ação climática. **As áreas urbanizadas são responsáveis por 70% das emissões de GEE e consomem 78% da energia mundial**, representando apenas 2% da superfície terrestre (UN-Habitat, 2022). **Entretanto, 64% da população urbana já está altamente exposta a desastres devido aos efeitos das mudanças climáticas** (UN-Habitat, 2024).

No entanto, a integração entre políticas e estratégias urbanas, territoriais e climáticas ainda está atrasada. Por exemplo: 66% das 194 Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) — esforços e compromissos dos países para reduzir suas emissões nacionais de gases de efeito estufa — apresentadas antes de 27 de junho de 2023 contêm um nível moderado ou forte de conteúdo urbano (UN-Habitat, 2024). Isso representa um avanço em relação à primeira rodada de NDCs, mas indica o potencial para aprofundar essas conexões, particularmente em termos de adaptação climática e resposta a riscos.

Por que focar na justiça climática e no direito à cidade?

O marco da Justiça Climática reconhece as desigualdades estruturais por trás das causas e dos efeitos das mudanças climáticas, que afetam desproporcionalmente as populações vulneráveis, sendo que essas mesmas populações têm recursos diferenciados para se adaptarem a esses efeitos adversos. As mudanças climáticas, portanto, também são uma questão de justiça social.

A partir da Plataforma Global pelo Direito à Cidade, acreditamos que a lente do Direito à Cidade tem muito a contribuir para abordar a crise climática a partir de uma perspectiva territorial e de justiça social.

A Plataforma Global pelo Direito à Cidade é uma rede diversa, criada em 2014, que reúne movimentos e organizações sociais, acadêmicos, pessoas defensoras dos direitos humanos, ONGs e governos locais comprometidos com a ação política e a mudança social por meio da promoção, defesa e realização do Direito à Cidade em todos os níveis, especialmente às pessoas e comunidades afetadas pela exclusão e marginalização.

Quando aplicados a uma abordagem da justiça climática, alguns princípios fundamentais do Direito à Cidade incluem:



justiça socioespacial, protegendo a função social da habitação e da cidade contra a mercantilização e a especulação imobiliária e priorizando a reparação às comunidades historicamente marginalizadas;



abordagens interseccionais baseadas no reconhecimento e no combate às desigualdades sistêmicas;



alinhamento com os princípios dos direitos humanos, por meio da descentralização e do fortalecimento da democracia local e das finanças locais;



reconhecimento e apoio à **mobilização comunitária e à autogestão**;



vínculos urbano-rurais, apoiando a gestão coletiva dos bens comuns.